



SELEÇÃO DE CANDIDATURAS PARTIDÁRIAS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

ALTMANN, Cristina²

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora em nível internacional, principalmente a partir da década de 80, a temática da seleção de candidaturas pelos partidos políticos tenha entrado em cena nas discussões acadêmicas na área da Ciência Política, no Brasil ainda há um pequeno número de trabalhos cujas preocupações estejam relacionadas à tarefa de analisar de modo mais efetivo como as organizações partidárias têm procedido no que se refere à seleção de candidaturas e elaboração das listas partidárias a serem “apreciadas” pelos eleitores nos processos eleitorais.

Identificada como parte crucial do processo político nas democracias atuais, o fenômeno da seleção de candidaturas implica em importantes conseqüências, seja no âmbito dos partidos políticos, seja no âmbito dos eleitores e das próprias legislaturas. Nos partidos políticos, o processo define tanto os representantes da organização partidária na disputa eleitoral como, possivelmente, aqueles que mais tarde ocuparão os cargos eletivos. Para os eleitores, a seleção de candidaturas acaba limitando e definindo as opções a sua disposição. Quanto às legislaturas, o processo de elaboração das listas partidárias tem importantes implicações para o funcionamento e o caráter representativo das Câmaras Legislativas, podendo afetar a disciplina e a coesão dos parlamentares e dos partidos (Braga e Praça, 2007).

O trabalho pioneiro acerca do “jardim secreto da política”, de Gallagher e Marsch (1988), suscitou uma série de debates acerca de um fenômeno pouco discutido no campo da academia até então, referente às dinâmicas internas dos partidos políticos em seus procedimentos de recrutamento e seleção de candidatos (Norris, 1997; Bille, 2001; Hopkins, 2001; Katz, 2001; Rahat e Hazan, 2001, entre outros). Em se tratando dos países da América Latina, ganham destaque os trabalhos de Freidenberg e Lopes (2001) e Siavelis e Morgenstern (2004).

¹ - Este trabalho apresenta uma discussão inicial acerca do objeto da pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado do curso de Ciências Sociais da UFPel.

² - Bacharel em Ciências Sociais pela UFPel e estudante do curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFPel. E-mail: altmann.cristina@gmail.com

2. RECRUTAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS NA LITERATURA BRASILEIRA

Na literatura nacional, como pontuaram Braga e Praça (2007), há um campo de investigações que tem se dedicado à temática do padrão de recrutamento da elite política resultante após as eleições, ou seja, após o veredicto do eleitor (Nunes, 1978; Fleischer, 1981; Santos^a, 2000; Santos^b, 1997 e 2000; Bilac, 2001; Messenberg, 2002; Rodrigues, 2002; entre outros). Como um dos aspectos comuns desta produção, é possível destacar a preocupação em traçar o perfil socioeconômico dos agentes envolvidos no mundo da política.

Num estudo sobre os aspectos ideológicos dos partidos políticos brasileiros envolvidos na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, Rodrigues (2002) constatou que os partidos mais relevantes possuíam o que foi denominado de núcleo dominante, uma categoria socioprofissional que formava a “espinha dorsal” de cada legenda e lhe dava “tonalidade ideológica”. A contribuição do autor parece relacionada à idéia de repensar os partidos políticos tendo como ponto de partida a sua composição social e profissional.

Já Santos^b (1997 e 2000), ao analisar o perfil das carreiras políticas dos deputados federais brasileiros, num período compreendido entre 1946 e 1998, privilegia a reconstituição de trajetórias políticas como pista para revelar a dinâmica da representação política, e apresenta alguns indicadores que permitem avaliar a intensidade dos vínculos e experiências político-partidárias dos indivíduos que ingressam profissionalmente no mundo da política - tais como: tempo de filiação no partido pelo qual o parlamentar se elegeu, filiações partidárias anteriores ao cargo, ocupação de algum cargo político ou eletivo, entre outros.

Santos^b (2000) conclui que o recrutamento parlamentar na Câmara dos Deputados, durante o período analisado (1946/1998), apresenta evidências de um padrão de ingresso *lateral* à carreira legislativa, ou seja, caracterizado por trajetórias rápidas e descontínuas, onde os candidatos não dependem do apoio emprestado exclusivamente pelas organizações partidárias, podendo acionar recursos gerados fora de uma atividade estritamente política ou legislativa, como a notoriedade associada a certas atividades profissionais e relações pessoais, por exemplo.

3. A TEMÁTICA DA SELEÇÃO DE CANDIDATURAS NA LITERATURA NACIONAL

A partir de um estudo sobre as diversas dimensões do sistema eleitoral de lista aberta no Brasil, Nicolau (2006) apontou a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que versem sobre um aspecto importante, porém pouco debatido e conhecido: o processo de seleção dos candidatos pelos partidos. Segundo ele, a diversidade social e a dimensão territorial das candidaturas atuam enquanto critérios definidores para os organizadores das listas partidárias.

Na literatura nacional, a temática da seleção de candidatos começou a ser debatida bastante recentemente (Álvares 2006 e 2007; Braga, 2006; Braga e Praça, 2007; Veiga e Miríade, 2007; Bolognesi e Perissonotto, 2008), e há um pequeno número de trabalhos que tratem do assunto.

Braga e Praça (2007), ao investigarem a seleção de candidatos à Câmara paulistana, utilizaram-se de uma perspectiva neo-institucionalista, partindo do pressuposto de que é preciso levar em conta a existência de regras formais e informais que condicionam o funcionamento e a dinâmica das diferentes instituições políticas. Nesse sentido, os autores verificaram que em todos os partidos analisados, independentemente da origem, há restrições informais para os aspirantes a uma cadeira legislativa.

No entanto, haveria diferenças significativas entre as exigências impostas pelos atores partidários, as quais, por sua vez, parecem relacionadas à origem dos partidos investigados: No caso dos partidos criados internamente ao parlamento, como o PP, PFL, PL, PMDB e PSDB, os critérios de escolha das candidaturas estariam baseados em características sócio-econômicas dos postulantes, ao passo que no PSB e PT, de formação externa, as exigências estariam ligadas, particularmente, à organicidade e ativismo do filiado.

Já Bolognesi e Perissonotto (2008), analisam a questão do recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006, tendo em vista a seleção de candidatos a deputado estadual e federal. A partir de uma análise dos estatutos partidários em questão, concluem que a diferença entre o PT e o PFL está posta pela análise que Rahat e Hazan (2001) propõem: o primeiro possui um método de seleção que conta com uma agência partidária eleita, enquanto os Liberais possuem, previsto em seu estatuto, uma agência partidária não eleita para a formação das convenções que selecionarão os candidatos. Isso colocaria o PT mais próximo do pólo inclusivo e o PFL num ponto escalar mais distante deste pólo.

Partindo do pressuposto de que uma das formas de avaliar o impacto do caráter mais ou menos inclusivo dos estatutos partidários seria analisando o perfil do universo dos candidatos segundo seus atributos sociais, Bolognesi e Perissonotto (2008) examinam o perfil social dos candidatos e eleitos dos dois partidos em questão, a partir de três indicadores fundamentais, quais sejam: gênero, nível de escolaridade e ocupação profissional.

Segundo os autores, nem escolaridade nem sexo parecem afetar as chances de sucesso eleitoral. A comparação entre o universo dos candidatos e o universo dos que conseguem se eleger revela grande proximidade quando vistos à luz das variáveis gênero e escolaridade. Em geral, o baixo percentual de mulheres que decide se candidatar se repete no universo de eleitos, ocorrendo o mesmo com os possuidores de um baixo capital escolar. Em função disso, essas duas variáveis não revelam impacto significativo no universo dos eleitos e a ausência desse impacto sugere que não é o partido o *locus* onde se realiza a exclusão desses grupos.

Ao contrário, o peso do “político profissional” é bem maior. Nesse sentido, a condição de político profissional aumentaria em mais de três vezes as chances de um candidato sair vitorioso da disputa eleitoral. Esse dado revelaria que ter um capital político prévio, para os casos em questão, seria mais importante do que possuir os atributos anteriormente analisados. Com isso não se quer dizer que a posse de determinados atributos sociais não seja importante para entrar na política, e sim que estes atributos parecem operar como filtros, sobretudo, fora dos partidos. Assim, uma vez dentro da organização partidária, o fato de possuir experiência política prévia à candidatura pesaria mais para determinar o sucesso eleitoral dos candidatos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta breve revisão bibliográfica foi mapear os principais trabalhos, principalmente na literatura nacional, que tem se dedicado à tarefa de analisar as dinâmicas e lógicas do processo de seleção das candidaturas no interior das organizações partidárias – fenômeno este que tem sido pouco discutido no campo acadêmico das Ciências Sociais, já que a maior parte dos trabalhos até aqui parece voltada a um exame do perfil socioeconômico dos representantes políticos e da classe política de maneira geral, principalmente tendo em vista o cenário político nacional.

Por fim, é possível assinalar que se trata de um campo teórico-metodológico bastante instigante e recente, cujos caminhos sem dúvida merecem ser mais detidamente discutidos e aprofundados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Maria do Socorro e PRAÇA, Sérgio. Recrutamento partidário: seleção de candidatos à Câmara Paulistana. In: KINZO, Maria D’Alva e BRAGA, Maria do Socorro (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

NICOLAU, Jairo. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Revista Dados. Rio de Janeiro, 49 (4), 2006.

PERISSINOTTO, Renato M. / BOLOGNESI, Bruno. **O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa**. Paper 6º Encontro da ABCP, 2008.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, A. M. **Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (33), 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. 2000. 257 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.